

## PROJECTO DE RESOLUÇÃO Nº 1184/XIII

Recomenda ao Governo que adopte medidas adicionais de mitigação da seca

De acordo com o IMPA (Instituto Português do Mar e da Atmosfera), Portugal é favorável à ocorrência de episódios de seca “quase sempre associados a situações meteorológicas de bloqueios”, sendo necessário monitorizar estes fenómenos, avaliando mensalmente o seu grau de severidade. Com base nesta análise sabe-se que o presente Outono (Setembro, Outubro, Novembro de 2017) foi o mais seco desde 1931 e o 5º mais quente desde 2000. No resumo climático do IPMA pode ler-se que o período de “Abril a Novembro é o mais seco” com uma precipitação de apenas 30% do normal e que a actual situação de seca “é a que apresenta maior percentagem de território nas classes de seca severa e extrema (97% do território)”.

No mesmo sentido, o Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos (SNIRH), indica que os “armazenamentos de Novembro de 2017 por bacia hidrográfica apresentam-se inferiores às médias de armazenamento de Novembro (1990/91 a 2016/17)” o que constitui uma preocupação genérica e muito particularmente em termos agrícolas.

A seca prolongada já afectou algumas decisões de produção, seja através da redução das áreas de culturas de primavera/ verão seja em opções produtivas alternativas nas culturas de outono/inverno. Por outro lado, ao nível da produção animal os custos dos produtores foram sofrendo um elevado acréscimo com a necessidade crescente de recorrer à alimentação animal através de alimentos conservados e concentrados.

Perante o sério risco que a escassez de precipitação tem na produção agrícola - vegetal e animal - muitos produtores agrícolas tem as suas decisões de produção condicionadas, outros encontram-se numa difícil situação financeira insustentável devido ao aumento de custos de produção. Neste contexto, o governo adoptou algumas medidas específicas quase todas de carácter administrativo, isto é derrogações comunitárias ao nível da política agrícola comum (1º e 2º pilar).

O GP/PSD embora reconheça a necessidades das medidas já tomadas considera que a gravidade da situação obriga a outras acções com impacto no curto e no médio/longo prazo. Neste sentido, vem recomendar ao governo um conjunto de medidas que melhore a tesourarias das empresas agrícolas cujos custos de contexto aumentaram de forma inesperada para fazer face à seca de 2017. Paralelamente propõe ainda que o governo reveja as condições básicas obrigatórias

de algumas medidas comunitárias da PAC, e que seja implementada uma estratégia de uso eficiente da água na agricultura, através da majoração das despesas com esse investimento.

Nestes termos, ao abrigo das disposições constitucionais, legais e regimentais aplicáveis, os Deputados abaixo assinados do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata apresentam o seguinte Projeto de Resolução:

A Assembleia da República resolve, nos termos do n.º 5 do artigo 166.º da Constituição da República Portuguesa recomenda ao Governo que:

1. No ano de 2017, estabeleça um regime de isenção da taxa de recursos hídricos para setor agrícola.
2. Nas explorações onde a perda de rendimento, resultante dos efeitos da seca, seja igual ou superior a 40%, promova a dispensa de 35% do pagamento de contribuições para a segurança social, durante os primeiros seis meses de 2018, aos produtores e trabalhadores agrícolas.
3. Crie um apoio nacional destinado aos produtores pecuários de grandes ruminantes, fixado por cabeça normal consoante a região agrícola.
4. Crie um apoio excepcional relativo às despesas de electricidade adicionais incorridas na exploração agrícola.
5. Adapte as normas fixadas ao nível das ajudas directas (1º pilar) e do PDR 2020 (2º pilar) no sentido de evitar sanções por incumprimentos relacionadas de forma indirecta com seca.
6. Promoção dos investimentos privados e colectivos do sector agrícola e silvícola com o objetivo de alcançar o uso eficiente da água, através da majoração destas despesas de investimento em termos fiscais.

Palácio de São Bento, 11 de Dezembro de 2017

Os Deputados

Hugo Soares, Nuno Serra, Maurico Marques, Álvaro Baptista, António Lima Costa, António Ventura, Cristóvão Norte, Luís Pedro Pimentel, Pedro do Ó Ramos, Ulisses Pereira, Cristóvão Crespo, Bruno Vitorino, Carla Barros, Carlos Peixoto, Emília Cerqueira, Joel Sá, Jorge Paulo Oliveira, José Carlos Barros, Rubina Berardo.